



**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E
PARTICIPAÇÕES**

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2022

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESSALVAS

Aos

Srs. Acionistas e Conselheiros da

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Itaúna – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

- Capacidade de geração de caixa futuro

Em função da venda do principal ativo, houve uma redução significativa da principal receita geradora de caixa da Companhia. Entretanto, ao longo do exercício de 2022 a administração passou a ter receita relacionada com o aluguel de uma Unidade Geradora de Energia e com a venda de parte dos terrenos que estavam em seu imobilizado e passaram a compor um estoque operacional para comercialização.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão do fluxo de caixa futuro para o exercício de 2023, como forma de evidenciar a capacidade de geração de caixa suficiente para honrar seus compromissos. A nossa revisão incluiu a avaliação das estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos desembolsos futuros, para inclusão no fluxo de caixa proejado.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a capacidade da Companhia para geração de caixa futuro será suficiente para honrar os compromissos assumidos, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu seu relatório de auditoria em 15 de março de 2022, contendo ênfase relacionada a capacidade operacional da Companhia de continuar com as suas atividades operacionais.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2023.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	ATIVO		
	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.094	24.493
Contas a receber de clientes	5	325	23.547
Estoques	6	3.085	1.345
Impostos a recuperar	7	985	174
Outros créditos	-	72	81
Total do ativo circulante		45.561	49.640
Ativo não circulante			
Investimento	-	129	118
Imobilizado líquido	8	2.019	3.467
Total do ativo não circulante		2.148	3.585
Total do ativo		47.709	53.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Passivo circulante			
Obrigações tributárias	9	1.121	2.900
Credores Diversos	10	1.118	1.170
Parcelamento Refis	11	2.298	2.563
Total do passivo circulante		4.537	6.633
Passivo não circulante			
Parcelamento Refis	1	13.792	15.232
Provisão para contingências	13	1.615	1.615
Total do passivo não circulante		15.407	16.847
Patrimônio líquido	14		
Capital social		19.766	19.766
Reserva de Capital		64	64
Ações em Tesouraria		-	(7.530)
Reserva de Lucros		7.935	17.445
		27.765	29.745
Total do passivo e patrimônio líquido		47.709	53.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA LIQUIDA	15	3.337	3.176
Custos de aluguéis e venda de imóveis	16	(1.581)	(997)
RESULTADO BRUTO		1.756	2.179
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(2.442)	(1.851)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	(247)	13.951
		(2.689)	12.100
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(933)	14.279
Receita financeira		5.183	570
Despesa financeira		(2.000)	(1.299)
Resultado financeiro, líquido	17	3.183	(729)
RESULTADO OPERACIONAL		2.250	13.550
Imposto de Renda		(1.266)	(335)
Contribuição Social		(465)	(129)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		519	13.086
Resultado por lote de mil ações – R\$ mil	20	0,0684	1,435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros				Resultado Acumulado	Total
			Ações em Tesouraria	Retenção de Lucros	Reserva Legal	Reserva Legal		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	19.766	64	-	-	-	4.359	24.189	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	13.086	13.086	
Ações próprias adquiridas	-	-	(7.530)	-	-	-	(7.530)	
Destinação do Resultado:								
Reserva Legal	-	-	-	-	654	(654)	-	
Reserva de Lucros	-	-	-	16.791	-	(16.791)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.766	64	(7.530)	16.791	654	-	29.745	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	19.766	64	(7.530)	16.971	654	-	29.745	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	519	519	
Ações próprias adquiridas	-	-	(2.499)	-	-	-	(2.499)	
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	10.029	(10.029)	-	-	-	
Destinação do Resultado:								
Reserva Legal	-	-	-	-	26	(26)	-	
Reserva de Lucros	-	-	-	493	-	(493)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.766	64	-	7.255	680	-	27.765	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>30.09.2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	519	13.086
Ajustes por itens do resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação	35	43
Reversão de dívida bancária	-	(992)
Reversão de provisão para contingência	-	(12.959)
Valor de ativo permanente baixado, líquido	267	137
Juros e variação monetária	1.998	928
	<u>2.819</u>	<u>243</u>
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	23.222	46.613
(Aumento) redução de impostos a recuperar	(811)	(117)
(Aumento) redução de estoques	-	(508)
(Aumento) redução de adiantamentos e outros	9	(11)
Aumento (redução) de obrigações sociais e tributárias	(1.779)	(5.064)
Aumento (redução) de credores diversos	(52)	(131)
Caixa originado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>20.589</u>	<u>40.782</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado e investimentos	(605)	(144)
Resgate de ações próprias	(2.499)	(7.530)
Caixa líquido (gerado) aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.104)</u>	<u>(7.674)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	-	(3)
Pagamento de partes relacionadas	-	(8.164)
Pagamento de parcelamento - REFIS	(3.703)	(6.154)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>(3.703)</u>	<u>(14.321)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.601</u>	<u>19.030</u>
Disponibilidades no início do exercício	24.493	5.463
Disponibilidades no final do exercício	43.094	24.493
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.601</u>	<u>19.030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas		
Receita de aluguel	868	1.722
Receita com venda de imóvel	2.500	-
Venda de bens do ativo permanente e outros	-	15.444
Total	<u>3.368</u>	<u>17.166</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui impostos)		
Impostos incidentes sobre as receitas	31	39
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.351	384
Total	<u>1.382</u>	<u>423</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.986</u>	<u>16.743</u>
Depreciação	35	43
Receita Financeira	5.183	570
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>7.134</u>	<u>17.270</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	1.576	1.467
Impostos, taxas e contribuições	2.143	797
	<u>3.719</u>	<u>2.264</u>
Remuneração de capital de terceiros		
Serviços contratados	896	621
Juros e variação monetária	2.000	1.299
	<u>2.896</u>	<u>1.920</u>
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	519	13.086
	<u>7.134</u>	<u>17.270</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-80, nestas notas explicativas, também designada como Itaunense ou apenas Companhia, fundada em maio de 1911, tendo, como objeto social atividade imobiliária de imóveis próprios, aluguel e arrendamento de imóveis próprios, comercialização de energia elétrica e transmissão de energia elétrica, além de participações decorrentes de incentivos fiscais e participar de outras sociedades ou companhias e constituir subsidiárias.

Dos processos judiciais de falência e recuperação judicial

A Companhia Industrial Itaunense requereu sua autofalência em dezembro de 1999, sendo a mesma suspensa em 06 de fevereiro de 2013, mas somente a partir de 01 de março de 2013 a Companhia passou a ser administrada pela nova diretoria, e não mais pelo Síndico da Massa Falida.

O plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado por Assembleia Geral de Credores em 08 de abril de 2013, o qual foi considerado cumprido e extinto, por sentença, em 18 de setembro de 2015.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia trabalharam arduamente nos últimos anos para sanear financeiramente a Companhia, quitando dívidas com mais de 180 (cento e oitenta) credores listados no plano de recuperação judicial, conseguindo obter certidão negativa municipal e estadual e certidão positiva com efeito negativa federal.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de janeiro de 2023.

2. BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, no fim de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa/perdas esperadas); (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado; (iii) contabilização de provisões para riscos.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, as quais são reconhecidas no período em que ocorrem, ou seja, dentro de seu período de competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos custos e despesas e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 01 de janeiro de 2022. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. As implementações ocorridas foram como segue:

- Melhorias anuais ao Ciclo IFRS 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhorias anuais:

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

- (i) IFRS 1/ CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (ii) IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (iii) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3/CPC 15(R1) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37/CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21/CPC 21 – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21/CPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

- Alteração à IAS 16/CPC 27 "Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido" – as alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente de venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso. Consequentemente, a Entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado.
- Alteração ao IAS 37/CPC 25 - "Contratos Onerosos – Custo do cumprimento do contrato": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, que já foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- | | | |
|--|---|---|
| • IFRS 17/CPC 50 | - | Contratos de seguros |
| • Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e - IAS 28/CPC 18 (R2) | - | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture |
| • Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) | - | Classificação de passivos como circulante e não circulante |
| • Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) e - IFRS Declaração da Prática 2 | - | Divulgação de Políticas Contábeis |
| • Alterações às IAS 8/CPC 23 | - | Definição de Estimativas Contábeis |
| • Alterações às IAS 12/CPC 32 | - | Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação |

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é como segue:

Caixa e equivalentes de caixa: Estão representados por contas bancárias disponíveis. As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, deduzidas de provisão para créditos de difícil liquidação, quando necessário, e decorrem de prestações de serviços de aluguel.

Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

Os arrendamentos nos quais a companhia é arrendadora são classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos indiretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos exercícios contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

Quando o contrato inclui componentes de arrendamento e não arrendamento, a companhia aplica o IFRS 15 (CPC47) para alocar a contraprestação resultante do contrato para cada componente.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Estoques - Imóveis destinados à venda: São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

Imobilizado: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

<u>Bens</u>	<u>Vida útil</u>
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela administração da Companhia, pelo menos ao final de cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

Instrumentos financeiros: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

ii. Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- ✓ o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ✓ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- ✓ o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ✓ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

v. Redução ao valor recuperável de Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- ✓ inadimplência ou atrasos do devedor;
- ✓ reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- ✓ indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

- ✓ mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- ✓ o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável

Provisões para riscos: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores envolvidos de maneira confiável e cuja expectativa de desembolso seja considerada provável.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e se somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados e da administração da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 13.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido", sendo que, o imposto de renda foi calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 mil no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras não foram efetuadas, haja vista, a permissão de reconhecimento futuro, conforme consta do parágrafo 9 inciso 11 do artigo 55 da Lei nº 1022/2010 (no caso de pessoa jurídica tributada com base do lucro presumido ou arbitrado).

Demais ativos e passivos: Os ativos estão demonstrados pelos valores líquidos de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até o encerramento do exercício. Os passivos registrados estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos em base "pró-rata" dia.

Recompra de ações (ações em tesouraria): Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

Apuração da receita: As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no montante da utilização dos serviços. As receitas são mensuradas pelo valor justo das contrapartidas recebidas ou a receber, líquidas de descontos e impostos.

Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

Resultado por ação: É determinado com base no número médio ponderado de ações durante o exercício social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações em circulação.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo registrado refere-se a saldos em Caixa e Contas bancárias, com liquidez imediata e baixo risco de perda de valor quando da sua realização.

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa é como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	48	410
Bancos conta de aplicação financeira (a)	41.044	24.081
	<u>41.094</u>	<u>24.493</u>

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, referem-se substancialmente a operações compromissadas, remuneradas à taxa média de 1,15% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo a receber de clientes são como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
SIMEC - Venda Imóveis (a)	-	22.500
Aluguel (b)	325	623
Outros	-	524
	<u>325</u>	<u>23.547</u>

a) Refere-se ao saldo a receber da venda da Usina Siderúrgica para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC).

b) Em 31 de dezembro de 2022 o valor a receber refere-se ao arrendamento da Central de Geração Hidrelétrica.

6. ESTOQUES – IMÓVEIS À VENDA

Referem-se a terrenos da Companhia que estão à venda, em função da reestruturação promovida e que não atendem mais às necessidades da Companhia.

A administração da Companhia não considera necessário a constituição de provisão para ajustar os valores dos bens colocados à venda a um valor de mercado.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os impostos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas na realização, e assim se apresentam:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
PIS	5	5
COFINS	50	50
IRRF S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	930	119
	<u>985</u>	<u>174</u>

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

8. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado para os exercícios é como segue:

	Saldo em 01.01.2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31.12.2021
Terrenos	2.376	140	-	-	2.516
Edificações	135	-	-	-	135
Máquinas e Equipamentos	590	4	-	(6)	588
Veículos	340	-	(137)	(37)	166
Móveis e Utensílios e outros	62	-	-	-	62
Total	3.503	144	(137)	(43)	3.467

	Saldo em 01.01.2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31.12.2022
Terrenos (a)	2.516	-	(1.741)	-	775
Edificações	135	-	-	-	135
Máquinas e Equipamentos	679	14	-	(6)	687
Veículos	274	580	(265)	(29)	560
Móveis e Utensílios e outros	65	-	-	-	65
Total	3.669	594	(1.950)	(35)	2.322

a- Valor referente à transferência de terrenos para ativos mantidos para venda.

A Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais	29	29
Obrigações tributárias	1.029	2.814
Provisões trabalhistas	63	57
	1.121	2.900

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

10. CREDORES DIVERSOS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fornecedores	173	30
Adiantamento de clientes (a)	-	130
Fornecedores – Recuperação Judicial(b)	945	945
Outros	-	65
	<u>1.118</u>	<u>1.170</u>

- a) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de adiantamento de clientes, referia-se a antecipação dos arrendamentos recebidos, referente a 12 meses de contrato de locação.
- b) Representam o saldo remanescente a pagar, relativos a credores quirografários diversos. O plano de recuperação judicial contemplava mais de 160 credores, sendo que parte deles receberam seus créditos logo após a aprovação do plano.

11. PARCELAMENTOS – REFIS

A Companhia optou pelo Refis, normatizado pela Lei nº. 11.941/09 e MP nº.470/09, para parcelamento de seus tributos e, se utilizando dos benefícios estabelecidos pela Lei nº. 12.865, de 09 de outubro de 2013, solicitou nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto à Receita Federal do Brasil. Posteriormente a Companhia optou pelo PERT.

Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. A movimentação para o exercício pode ser assim apresentada:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo inicial	17.795	23.020
Pagamentos normais	(3.703)	(6.154)
Atualização monetária	1.998	929
Saldo final	<u>16.090</u>	<u>17.795</u>
Circulante	2.298	2.563
Não Circulante	13.792	15.232
	<u>16.090</u>	<u>17.795</u>

Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

A Companhia, em outubro de 2017, aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente convertida na Lei 13.496/17, visando equalizar os passivos fiscais, por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e tributárias. O programa permitiu o pagamento ou parcelamento com benefício de redução das dívidas vencidas até 30 de abril de 2017, inclusive aquelas objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação da Lei.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

12. PARTES RELACIONADAS

Remuneração dos administradores

Os diretores são as pessoas chaves que tem autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados e salários) contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, no montante de R\$725 (R\$ 594 em 2021).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Refere-se basicamente a discussões fiscais sobre diferença entre o percentual de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, pelo lucro presumido e o efetivo recolhimento. A administração da Companhia considerou prudente manter a provisão da diferença até que a sua consulta seja respondida.

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação, a administração constituiu provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável a perda.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme AGE de 05 de junho de 2018, o capital social é de R\$ 20.933 (vinte milhões, novecentos e trinta e três mil reais), dividido em 9.116.000 (nove milhões, cento e dezesseis mil) ações ordinárias, todas escriturais, sem emissão de certificados e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 ainda existiam R\$1.167 de ações a serem realizadas.

b) Ações Ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

d) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

e) Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreende o custo de ações da Companhia que foram recompradas e estão detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha 1.508.760 (Um milhão, quinhentos e oito mil, setecentos e sessenta) ações.

Em 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 1.508.760 ações ordinárias de emissão da Companhia adquiridas em programas de recompra e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social. O efeito de R\$10.029 foi registrado no patrimônio líquido como "Cancelamento de ações em tesouraria".

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação da receita bruta tributável e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita com aluguel	868	1.075
Receita com venda de imóvel	2.500	1.493
Outras receitas	-	647
Total da receita bruta	3.368	3.215
Impostos sobre a receita	(31)	(39)
Total da receita líquida	3.337	3.176

16. DESPESAS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas com folha e provisões	(1.576)	(1.467)
Custo de imóvel vendido	(265)	-
Despesas com depreciação	(35)	(43)
Despesas com tributos	(412)	(333)
Despesas com prestadores de serviços	(896)	(621)
Despesas com honorários e indenizações	(72)	-
Despesas com reforma e manutenção	(647)	(174)
Outras despesas	(120)	210
Total despesas	(4.023)	(2.848)
Classificado como:		
Custo de aluguéis e vendas de imóveis	(1.581)	(997)
Despesas gerais e administrativas	(2.442)	(1.851)
	(4.023)	(2.848)

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

17. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita Financeira – rendimento de aplicação financeira	5.183	570
Despesa Financeira		
Juros e multas	(1)	(230)
Variação monetária passiva	(1.999)	(1.069)
Total	(2.000)	(1.299)
Resultado financeiro líquido	3.183	(729)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)

Composto basicamente por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Reversão de provisão para contingências (a)	-	13.951
Outras receitas (despesas) operacionais	316	-
Baixa de títulos incobráveis	(563)	-
Total	(247)	13.951

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa, que resultam diretamente dos recebimentos de aluguel e da venda de ativo imobilizado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, fornecedores, impostos a pagar, e obrigações trabalhistas, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas respectivas notas explicativas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não realizou operações com derivativos ou qualquer outro ativo de caráter especulativo.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade final de ações ordinárias e preferenciais nos exercícios, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

O resultado básico e diluído é igual, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros ou prejuízos básicos por ação:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Resultado básico e diluído por ação	0,0684	1,4355
Resultado do exercício	519	13.086
Quantidade final de ações	<u>7.589.885</u>	<u>9.116.000</u>
Resultado por ação e diluído (em reais)	<u>0,0684</u>	<u>1,4355</u>

21. COBERTURA DE SEGUROS

De acordo com as políticas e os negócios atualmente desenvolvidos pela Companhia a administração concluiu não ser necessário a contratação de nenhum tipo de seguro.

Tonny Salera Primeiro
Diretor Superintendente e Relação com Investidores

Dércio Evangelista Damasceno de Oliveira
Diretor Administrativo

Vinicius Oliveira e Souza
Contador CRCMG: 108.280